

: PRÁTICAS

Divulgar no quotidiano dos contextos educativos

Ângela Lemos . Doutorada em educação, Professora adjunta da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal.

Este artigo surge na continuidade de um comentário que teci na sessão de apresentação do livro *Documentar os Projetos nos Serviços Educativos* (Laura Malavasi e Barbara Zoccatelli, 2013), que decorreu na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, pelas educadoras de infância Teresa de Matos e Manuela Matos, que ao longo da sua vida profissional têm vindo a expressar e a partilhar connosco a sua forma de viver e sentir a educação de infância. O meu comentário centrou-se em torno não apenas do conteúdo do livro, mas dos direitos das crianças que as autoras tão bem respeitam e promovem.

Em 2014, comemorámos os 25 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança e no dia 10 de dezembro, portanto, nada mais oportuno que dedicarmos um pouco do nosso tempo a pensar como respeitamos e fazemos valer os direitos das crianças.

A Convenção sobre os Direitos da Criança (Unicef, 2004) enuncia um amplo conjunto de direitos fundamentais de todas as crianças – o direito à sobrevivência, o direito ao desenvolvimento, o direito à proteção e o direito de participação –, organizados em torno de pilares: não discriminação; interesse superior da criança; sobrevivência e desenvolvimento e opinião da criança. É neste último pilar que considero que este livro se centra: o direito das crianças de poderem participar e ser escutadas.

Apesar de estarmos conscientes de que existe um enorme fosso entre o que a Convenção determina e o que se pratica na nossa sociedade, a sua aprovação implicou a responsabilização e a valorização da “aceitação da voz das crianças e a sua participação nos diversos ‘mundos’ que a rodeiam e onde está inserida” (Soares & Tomás, 2004, p. 142). É participando que cada um “se habilita à participação, no sentido pleno da palavra, [tal implica] tomar parte e ter parte no contexto” (Gohn, 2014, p. 36) onde está inserido.

Neste artigo centro-me essencialmente no

quarto pilar: o direito das crianças a terem e expressarem a sua opinião.

Importa considerar as crianças como autoras e protagonistas da informação divulgada, evidenciando o artigo 12.º, que consagra o direito da criança de se exprimir livremente sobre as questões que lhe dizem respeito.

Importa ainda considerar a participação enquanto exercício de aprendizagem constante, do saber falar, ouvir, propor, contrariar e complementar, reportando-me ao artigo 13.º, que consagra o direito “à liberdade de expressão [que] compreende a liberdade de procurar, receber e expandir informações e ideias de toda a espécie, sem considerações de fronteiras, sob forma oral, escrita, impressa ou artística ou por qualquer outro meio à escolha da criança”.

Nesta perspetiva pretende-se que a educação de infância garanta uma educação de qualidade onde se inclui a educação de todas as crianças, em todas as suas dimensões, proporcionando a plena realização dos seus direitos. Entendendo assim os contextos educativos de creche e de jardim de infância como “uma resposta ao direito das crianças de serem sujeitos de políticas públicas, de disporem de lugares públicos na sociedade onde possam estar representadas e construir a sua cultura e participar de pleno direito na construção cultural da sociedade como um todo” (Cagliari, 2013, p. 8).

Mas para que tal seja possível, é necessário que nos diferentes contextos de educação de infância se considere o papel ativo das crianças nos processos de divulgação, documentando o que acontece e como acontece. Neste sentido, tal como referem Malavasi & Zoccatelli (2013), é necessário pensar cada uma das crianças como “exigente, exploradora, à procura de ocasiões e de adultos que estejam em condições de participar do seu percurso de crescimento e de conhecimento” (p. 28).

A divulgação, através das diferentes modalidades de comunicação e de documentação, ajuda a compreender as experiências vividas



Figura 1. Regras de uma sala de Jardim-de-Infância - Agrupamento de escolas em Setúbal.

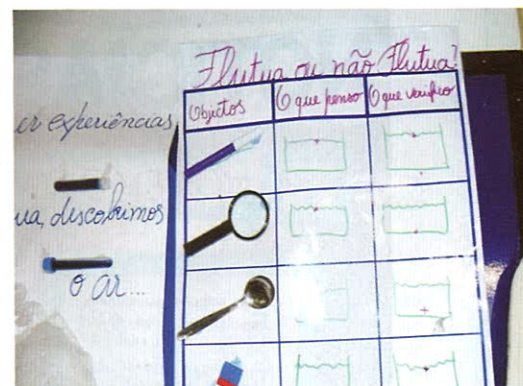


Figura 2. - Divulgação de uma experiência - Agrupamento de escolas em Setúbal.

mediante escolhas precisas das educadoras e dos educadores, mas estas escolhas revelam-se muitas vezes morosas, e na creche como “no jardim de infância, o tempo nunca é suficiente, corre e muitas vezes foge, nunca temos tempo que chegue” (Malavasi & Zoccatelli, 2013, p. 44).

Apesar de toda a complexidade de dar a vez e a voz às crianças, permitindo que exerçam o seu direito de participação, importa não desistir porque ao divulgar, documentando os projetos, valorizamos e colocamos em evidência situações e fragmentos de experiências vividas com e pelas crianças, ao mesmo tempo que damos relevância à rela-

: PRÁTICAS



Figura 3. Relato da primeira aula de música - Agrupamento de escolas em Setúbal.

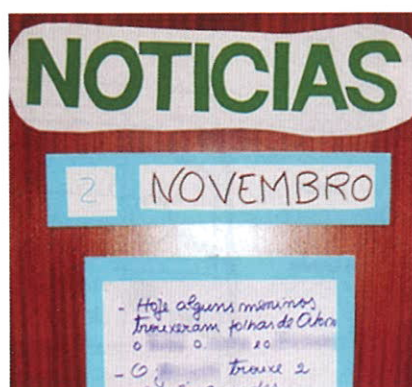


Figura 4. - Notícias diárias da sala - Agrupamento de escolas em Setúbal.

ção educativa atribuindo um valor especial ao papel do adulto que escolhe o que quer contar, a quem quer contar.

O ato de documentar permite sistematizar o trabalho pedagógico, através da produção de memória sobre uma experiência. Todos os registos expostos ajudam a construir a memória do percurso de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, mas também dos adultos, a partir da sua seleção e organização, ou seja, ao documentar e divulgar o que foi vivido, conseguimos conservá-lo, mas claro que só o devemos fazer se o que foi vivido teve algum valor, para e por quem vive e dá vida aos contextos educativos:

crianças, famílias, educadoras, pessoal auxiliar, colegas de outros ciclos de ensino, entre outros.

Observar, registar e divulgar são práticas vitais em educação de infância que permitem, como refere João dos Santos, "detetar com facilidade os princípios educativos, pedagógicos e didáticos que animaram o trabalho da escola, e detetar também os indícios do que possa ser a qualidade da ação educativa" (apud Branco, 2000, p. 213). Este processo permite aos educadores acompanhar e interpretar as realizações que quotidianamente se produzem, conferindo-lhes sentido. Divulgar documentando as práticas é um processo que se inicia durante a ação, quando os educadores registam o que as crianças dizem e fazem, recorrendo a imagens, produções e anotações, e tem continuidade após a ação, quando da seleção e organização dos diferentes registos produzidos (Marques, 2011). Ao permitir e incentivar as crianças a divulgar os seus trabalhos nos contextos educativos, os educadores possibilitam e estimulam nelas o exercício dos seus direitos. A documentação é reveladora do modo como se escutam as crianças e como garantimos os seus direitos. Por isso, os contextos educativos devem ser entendidos e dinamizados pelos educadores como "lugares onde se aprende; onde se compartilha o tempo, o espaço e o afeto; onde sempre haverá alguém para nos surpreender, para nos emocionar, para nos dizer na orelha algum segredo magnífico" (Navarro, 2004, p. 18).

É imprescindível que os educadores documentem as suas práticas pedagógicas e as divulguem, partilhando com os outros o conhecimento construído. Esta partilha permite aos adultos fazer parte desse conhecimento, nunca esquecendo que ao registar o processo de conhecimento das crianças, a educadora ajuda-as a aprender a aprender (Marques & Almeida, 2011).

É através da forma de olhar das educadoras e do seu modo de divulgar e partilhar que os

outros têm a possibilidade de acompanhar e participar na vida dos contextos educativos, nomeadamente da creche e do jardim de infância. Este é, portanto, um modo de valorização das crianças e consequentemente das suas famílias, já que "o material produzido com e pelas crianças é exposto para todos, valorizando a função social dos registos" (Barbosa & Horn, 2008, p. 93) e dos próprios intervenientes.

As práticas sustentadas pelo registo e pela divulgação do quotidiano permitem às crianças olharem para si mesmas e para os outros, valorizando "o seu fazer e [o] fazer do outro" (Azevedo & Oliveira-Formosinho, 2008, p. 122). Ao organizar e divulgar registos diversificados que permitam explicitar os processos de desenvolvimento, os educadores têm a oportunidade de revelar o valor das aprendizagens de cada criança e do grupo.

A criação de espaços de divulgação permite, assim, apresentar a toda a comunidade as experiências vividas, ilustrando o processo de desenvolvimento como um todo integrado. Compete aos educadores de infância, na relação que estabelecem com os outros, atender aos aspetos culturais, sociais e emocionais de cada um, facilitando-lhes o acesso, organizado e apelativo, às experiências diárias das crianças, ou seja, à construção dos saberes que emergem nos diferentes contextos educativos. Como refere Vasconcelos (2004), "tornar o ambiente organizado e agradável é uma dimensão essencial do trabalho de um educador. É uma forma de cuidar e alimentar as relações humanas" (p. 39).

No ato de divulgar, os educadores selecionam e escolhem as situações que consideram mais significativas e relevantes nas práticas pedagógicas que ocorrem quotidianamente. Investigações empíricas realizadas em contextos educativos (Oliveira-Formosinho, 1998; Pereira, 1997) dão conta das dificuldades vividas pelas educadoras de infância para observar e registar quotidianamente o vivido nos espaços de aprendizagem, pois encontram-se

asoberbadas pelas variadíssimas solicitações das crianças a que têm de dar resposta bem como pelos processos administrativos e burocráticos que emanam de novos modelos de gestão e de avaliação nos contextos educativos. É urgente encontrar o equilíbrio entre o cuidar e o educar, de modo que as instituições educativas não sejam locais de guarda das crianças, mas também não se transformem em antecâmaras do ensino básico.

Desenvolver processos que documentem e divulguem as aprendizagens realizadas nos diferentes contextos exige aos educadores:

- Estar ciente(s) de que documentar é transgredir as práticas pedagógicas correntes e romper com a tradição didática;
- Acreditar que as crianças são competentes, que têm saberes, que pensam e formulam hipóteses, que descobrem, inventam e produzem coisas diferentes;
- Dispor-se a aprender a documentar as descobertas das crianças no quotidiano da escola, tanto nas suas singularidades quanto na vida coletiva;
- Assumir uma postura nova no olhar para o dia a dia da escola, com vista a descobrir as coisas extraordinárias que acontecem no quotidiano das crianças pequenas;
- Instrumentalizar-se para realizar registos nas diferentes linguagens e oferecer às crianças a possibilidade não só de acompanhar, mas também de participar da geração e seleção de materiais de registo;
- Ter clareza de que documentar envolve pesquisa, estudo, decifração, imaginação;
- Escutar e observar mais do que falar;
- Estar disposto a expor-se e aceitar críticas;
- Transformar a escola infantil num contexto de aprendizagem coletivo, já que não é possível documentar sozinho, pois a documentação estabelece/exige um diálogo;
- Considerar a família como uma interlo-

cutora que não pode ser vista como elemento separado da escola;

- Compreender que documentar não significa apenas dar a conhecer as crianças e a sua infância, mas também a escola, o que acontece lá, os professores, as suas práticas e capacidades profissionais" (Barbosa & Fernandes, 2012, s/p.).

Trata-se de estar atento às *janelas de oportunidade* que surgem no quotidiano dos contextos educativos com as crianças e aproveitá-las para divulgar sistematicamente as experiências de aprendizagem que aí ocorrem. Ao escrever sobre o que as crianças produziram durante um período de tempo, ao transpor os registos das crianças para as paredes, para os *placards*, para as mesas, para qualquer espaço, este passa a contar uma história de que só elas (crianças e equipa de sala) são portadoras, e assim, os registos espelham as histórias de um tempo e de um espaço vividos (Fujikawa, 2005). Em suma, o ato de documentar e divulgar deve ser construído com base numa relação de interpelação com todos os intervenientes no processo educativo – as crianças e os adultos.

Termino com a convicção de que a divulgação permite a criação de possibilidades para "pensar, aprofundar, trocar opiniões, alargar horizontes e aprender a ver aquilo que está para além de cada uma das crianças", tal como nos referem Laura Malavasi e Barbara Zoccatelli (2013, p. 24).

BIBLIOGRAFIA

Azevedo, A. M., & Oliveira-Formosinho, J. (2008). A documentação da aprendizagem da criança: a voz das crianças. In J. Oliveira-Formosinho, *A escola vista pelas crianças* (pp. 117-143). Porto: Porto Editora.

Barbosa, M. C., & Horn, M. G. (2008). *Projetos Pedagógicos na Educação Infantil*. Porto Alegre: Artmed.

Barbosa, M. S., & Fernandes, S. B. (2012). "Uma ferramenta para educar-se e educar de outro modo". *Revista Pátio Educação Infantil*, Porto Alegre, Ano X, N.º 30, jan./mar.: <http://www.grupoa.com.br/site/revista-patio/artigo/6243/uma-ferramenta-para-educar-se-e-educar-de-outro-modo.aspx>. Consultado em 7 de setembro de 2012.

Branco, M. E. (2000). *Vida, pensamento e obra de João dos Santos*. Lisboa: Livros Horizonte.

Cagliari, P. (2013). "A participação, fundamento de direitos". Edição especial *Infância na Europa* Explorando os temas, celebrando a diversidade. APEI, Publicação conjunta de uma rede de revistas europeias, N.º 24, 8-9.

Fujikawa, M. M. (2005). A escrita como pretexto de reflexão na prática pedagógica e como estratégia de intervenção na formação de professores. In C. V. Prado, & S. Rosaura, *Porque escrever é fazer história. Revelações, Subversões, Superação* (pp. 247-260). Campinas: Gráfica FE.

Gohn, M. G. (2014). "Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos". Investigar em Educação – Educação Não Formal e Aprendizagens Informais. *Revista da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*, IIª Série, Número 1, 35-50.

Malavasi, L., & Zoccatelli, B. (2013). *Documentar os projetos nos serviços educativos*. Lisboa: APEI - Associação de Profissionais de Educação de Infância.

Marques, A. C. (2011). *A construção de práticas de registo e documentação no quotidiano do trabalho pedagógico da educação infantil*. Biblioteca digital USP. Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. São Paulo. In <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-07042011-141501/> Consultado em 9 de maio de 2012.

Marques, A. C., & Almeida, M. I. (2011). "A documentação pedagógica na educação infantil: Traçando caminhos, construindo possibilidades", in *Revista de Educação Pública de Cuiabá* (Instituto de Educação/UFGT). V. 20, N.º 44, set./dez., pp. 413-428. In www.ie.ufmt.br/revista/sistema/revistas/arquivos/1333309244.pdf Consultado em 27 de maio de 2012.

Navarro, M. C. (2004). *Afetos e emoções no dia a dia da educação infantil*. Porto Alegre: Artmed.

Oliveira-Formosinho, J. (1998). O desenvolvimento profissional das educadoras de infância: um estudo de caso. Dissertação de Doutoramento em Estudos da Criança. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança (documento fotocopiado).

Pereira, M. J. (1997). "Opiniões de educadores de infância de Castelo Branco face à avaliação na educação pré-escolar". *Revista Educare, Educere*. ESE de Castelo Branco, Ano 2, N.º 3, 23-33.

Soares, N. F., & Tomás, C. (2004). Da emergência da participação à necessidade de consolidação da cidadania da infância... Os intrincados trilhos da ação, da participação e do protagonismo social e político das crianças. In M. J. Sarmento, & A. B. Cerisara (org.), *Crianças e Miúdos. Perspetivas Sócio-Pedagógicas da Infância e Educação* (pp. 135-162). Porto: Edições ASA.

UNICEF (2004). *A Convenção sobre os Direitos da Criança*. Consultado em 28 de novembro de 2014 in: http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf

Vasconcelos, T. (2004). "A educação de infância é uma ocupação ética". *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano 38, N.º 1, 2, 3, 109-125.

